

* continuação		CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A. (Companhia fechada) CNPJ nº 06.013.760/0001-10	
Demonstrações do Resultado Abrangente - para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)			
	31/12/2014	31/12/2013	
	(9.741)	(10.388)	
Prejuízo Líquido do Exercício			
Outros resultados abrangentes:			
Benefício pós-emprego - planos médicos	(22)	101	
Total do Resultado Abrangente do Exercício	(9.763)	(10.287)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)			
1. Contexto Operacional			
a) Informações gerais			
A Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Companhia") tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena, no Estado do Pará, desde maio de 2005, quando assumiu o arrendamento do Terminal, conforme Aditivo nº 02 do Contrato nº 14/2003, que até então era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins que envolvem sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, outorga de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres e utilização especial do berço de uso público 301, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União.			
Em novembro de 2014, a Companhia protocolou na SEP, a proposta para prorrogação antecipada do Contrato de Arrendamento CDP 14/2003.			
A controladora da Companhia é a Pará Empreendimentos Financeiros S.A., que detém 100% das ações que representam o capital social.			
b) Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração com a Companhia Docs do Pará - CDP			
A Companhia tem o compromisso de pavimentar, cercar e iluminar pelo menos 20.000 m ² do lote A e adquirir equipamentos necessários para torná-lo apto à movimentação de, no mínimo, 30.000 contêineres após o quinto ano da assinatura do Contrato.			
Como parte da remuneração garantida à CDP pelo contrato de exploração do Terminal, a Companhia está obrigada a efetuar pagamentos de valores por contêiner movimentado, sendo R\$15,23 por contêiner cheio movimentado, R\$3,06 por contêiner vazio movimentado e R\$1,52 por contêiner movimentado de carga unitizada. As instalações em exploração e os bens de propriedade da CDP, em utilização pela Companhia, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento, <i>software</i> , sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do Porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CDP após o término ou a extinção do contrato.			
A Companhia tem o compromisso contratual de pagar à CDP remuneração pela exploração do Terminal ao longo do período contratual (15 anos), em parcelas mensais de aluguel e arrendamento operacional, acrescidas, em setembro de cada ano, pela reposição da inflação por meio do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.			
Em 5 de junho de 2013, através da Lei nº 12.815, o Governo Federal estabeleceu novas diretrizes sobre a exploração direta e indireta, pela União, dos portos e das instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários e outras providências. Em 8 de janeiro de 2014, através da Resolução nº 3.220, a ANTAQ estabeleceu os procedimentos para a elaboração de projetos de arrendamentos e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de arrendamentos de áreas e instalações portuárias nos portos organizados. Em 5 de maio de 2014, através da Portaria Conjunta nº 140, a SEP aprovou a Nota Técnica nº 07/2014 que detalha a metodologia para a recomposição do equilíbrio-financeiro dos contratos de arrendamento. A Administração da Companhia continua avaliando os impactos e acompanhando atentamente a regulamentação da referida legislação.			
A Companhia possui orçamento para os próximos anos e revisa periodicamente, os resultados declarados frente ao orçamento. As expectativas indicam a geração de resultados positivos futuros e o retorno de fluxo de caixa positivo nos próximos exercícios, vide nota explicativa nº 10. Adicionalmente, o controlador indireto, dá o suporte financeiro quando necessário, conforme nota explicativa nº 6.a.			
2. Base de Preparação			
a) Declaração de conformidade			
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.			
A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 5 de fevereiro de 2015.			
b) Base de elaboração			
As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:			
• Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo.			
• Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.			
c) Moeda funcional e de apresentação			
As demonstrações contábeis são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.			
d) Uso de estimativas e julgamentos			
A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.			
Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.			
As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas notas explicativas nº 13 e nº 14.			
3. Principais Políticas Contábeis			
As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente, em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.			
a) Moeda estrangeira			
Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras nas datas de apresentação das demonstrações contábeis são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquelas datas. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no fim do exercício de apresentação.			
b) Instrumentos financeiros			
• Ativos financeiros não derivativos			
A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.			
A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando são transferidos os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.			
A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:			
• Caixa e equivalentes de caixa			
Abrangem saldos de caixa e saldos em contas-correntes bancárias.			
• Empréstimos e recebíveis			
São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.			
Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outros créditos.			
• Passivos financeiros não derivativos			
A Companhia reconhece os passivos financeiros emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.			
Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.			
A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.			
• Instrumentos financeiros derivativos			
Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado.			
c) Estoques			
Os estoques, representados por itens de manutenção, são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exerce o valor de mercado.			
d) Imobilizado			
• Reconhecimento e mensuração			
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) acumuladas, quando necessário.			
O <i>software</i> comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.			
Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.			
• Depreciação			
Reconhecida no resultado com base no método linear quanto às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado (nota explicativa nº 10), já que este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for o mais curto entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.			
As vidas úteis estimadas para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:			
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3 a 9 anos		
Equipamentos de movimentação de carga	4 a 10 anos		
Equipamentos de informática	5 anos		
Máquinas, equipamentos e acessórios	10 anos		
Instalações, móveis e utensílios	10 anos		
Veículos	5 anos		
Outros itens	10 anos		
Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.			
e) Intangível			
• Outros ativos intangíveis			
Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.			
• Amortização			
A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para os períodos correntes e comparativos é a seguinte:			
<i>Softwares</i>	5 anos		